

Atrás do silêncio: histórias de mulheres processadas pelo crime de aborto¹

Fabio Oliveira de SANTANA²

Fabiola IETTO³

Jaqueline PALMA⁴

Karina KOCK⁵

Mariana GHIRELLO⁶

Professora Doutora Márcia CARVALHO⁷

Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, SP

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é um radiodocumentário sobre as histórias de mulheres processadas pelo crime de aborto. Ele aborda o tema sob vários aspectos com o objetivo de propor uma reflexão sobre a criminalização da interrupção de uma gravidez e as consequências legais a que estão sujeitas essas mulheres. O trabalho discute o assunto sobre os aspectos sociais, legais e principalmente de saúde pública. O produto tem a duração de 25 minutos e conta com os depoimentos de duas mulheres que foram acusadas de praticar o aborto e entrevistas de especialistas que dialogam com os relatos. O rádio também foi utilizado para facilitar a inserção da voz e a proteção da identidade das acusadas.

Palavras-chaves: aborto, processo criminal, radiodocumentário.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos vividos pelas mulheres que abortaram nem sempre são amplamente divulgados. Muitas vezes, restam apenas os julgamentos rasos de pessoas contra ou a favor de um aborto. Que o ato é considerado crime na nossa sociedade quase todos sabem, mas pouco se fala da punição que recai sobre as mulheres, que são tratadas pela Justiça como homicidas. Não fosse a alteração legal⁸ recente, que possibilitou punições alternativas, essas

¹ Trabalho submetido ao XX Prêmio Expocom 2013, na Categoria I Jornalismo, modalidade JO 05.

² Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: fabioemcontato@gmail.com.

³ Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: fabiolaietto@gmail.com.

⁴ Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: jaque-palma@hotmail.com.

⁵ Estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: karinakoch325@hotmail.com.

⁶ Aluna líder do grupo e estudante do 6º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: marianaghirello@gmail.com.

⁷ Orientadora do trabalho, email: profmarciacarvalho@yahoo.com.br.

⁸ Lei 9.099/95 – permite em determinados casos o *sursis* processual ou a suspensão do processo.

mulheres poderiam ir à Juri popular e cumprir penas na cadeia, junto com traficantes, estelionatárias e assassinas. Mas isso só aconteceria para quem conseguisse sobreviver às diversas complicações de saúde geradas por abortos clandestinos, ou seja, uma pequena parcela.

Em uma sociedade abarrotada de mães solteiras, pobres e que sofrem preconceitos diversos, decidimos ouvir os motivos que levaram essas mulheres, que já são mães, a optar pela interrupção de uma gravidez indesejada e o peso de passar a ter o nome fichado na polícia. Mais do que apenas ouvi-las, colocamos suas vozes no rádio para que ecoassem e atingisse o maior número de pessoas possível, mas também que conferisse a proximidade peculiar a essa mídia, o rádio. Dessa forma, quebramos o silêncio de histórias pessoais, que até então eram apenas experiências guardadas no íntimo de cada mulher.

Atrás do Silêncio: histórias de mulheres processadas pelo crime de aborto é um documentário radiofônico com 25 minutos de duração e dividido em três blocos de 8 minutos, aproximadamente. Além de revelar a experiência de duas mulheres que foram acusadas criminalmente pelo Estado, o documentário aborda o tema sob vários aspectos, com o objetivo de propor uma reflexão sobre a criminalização da interrupção de uma gravidez e as consequências legais a que estão sujeitas essas mulheres. O material conta também com depoimentos e entrevistas de especialistas que dialogam com os relatos. O rádio também foi escolhido para facilitar a inserção da voz e a proteção da identidade das acusadas.

2 OBJETIVO

Esse documentário radiofônico se dispõe a divulgar, por meio da voz de mulheres criminalizadas, as consequências legais vivenciadas em decorrência do abortamento proibido no país. Os debates sobre o aborto no Brasil não ultrapassam a discussão sobre, se ele deveria continuar como está, ou se ele deveria ser descriminalizado. Por isso, buscamos saber o que acontece quando alguma mulher é descoberta após a prática do aborto. E é sobre este silêncio, das mulheres e nos meios de comunicação, que estamos tratando.

O trabalho visa trazer à tona a história de duas mulheres processadas por terem abortado fora dos parâmetros legais, bem como os possíveis danos morais, físicos e psicológicos às mulheres que praticaram aborto. A OMS (Organização Mundial da Saúde) define o aborto ilegal como inseguro:

O aborto inseguro é o procedimento para interromper a gravidez, realizado por pessoas que não tenham as habilidades necessárias ou em ambientes que não cumpram com os mínimos requisitos médicos, ou ambas as condições. Nesse caso, o abortamento pode levar a graves consequências como hemorragias, infecções, depressão, ansiedade. (GALLI, 2009, p. 6)

Esse produto também destina-se a lançar uma reflexão sobre a funcionalidade da lei, que impede a livre interrupção de uma gestação e enquadra as mulheres que abortaram como criminosas. Na maioria das vezes, elas pertencem a uma classe de renda e escolaridade baixas e recorrem à clandestinidade e a métodos não seguros para abortar, colocando suas vidas em risco.

A pesquisa *Dados e reflexões sobre a condição de ilegalidade do aborto: no âmbito da Saúde e da Justiça*, desenvolvida pelas AADS (Ações Afirmativas em Direitos e Saúde) — Ipas Brasil, demonstra que, além de ser uma questão de gênero, os processos contra essas mulheres estão relacionados à condição socioeconômica. Estudando alguns casos de aborto no Estado do Rio de Janeiro, a pesquisa chegou a uma conclusão:

Nos raros casos encontrados, regra geral, as envolvidas são mulheres pobres, negras, pouco instruídas e moradoras das periferias das grandes cidades. Isso nos faz constatar que a prática clandestina e insegura do aborto, além de ser um problema de saúde pública é um problema de justiça social, pois somente algumas mulheres já vulneradas socialmente, têm envolvimento com o sistema penal, o que nos remete a observar que a seletividade social do sistema penal é aplicada nos crimes por aborto. (EMMERICKA, 2007, p.27)

O trabalho lança uma reflexão sobre a funcionalidade da lei, que impede a livre interrupção de uma gestação e enquadra as mulheres que abortaram como criminosas. Na maioria das vezes, elas pertencem a uma classe de renda e escolaridade baixas e recorrem à clandestinidade e a métodos não seguros para abortar, colocando suas vidas em risco.

3 JUSTIFICATIVA

Sempre em pauta como tema polêmico, o aborto ganhou destaque durante as campanhas eleitorais para a Presidência da República, em 2010. Entretanto, nenhum dos candidatos a governar o Brasil se aprofundou no debate. Os assuntos que envolvem a interrupção voluntária da gravidez são de grande importância para a saúde pública no Brasil. De acordo com os últimos dados divulgados pelo do Ministério da Saúde, de 180 a

360 mulheres morrem, no Brasil, todos os anos em decorrência de abortos ilegais. As que não morrem estão sujeitas a responderem um processo criminal:

Os temas do aborto legal e do aborto por anomalia fetal são questões no topo da agenda de saúde pública, mas raramente constituem objetos de estudos sistemáticos com evidências. Essa escassez de estudos com evidência não permitiu a inclusão de ambos nas seções temáticas, muito embora eles tenham dominado o debate sobre aborto nos últimos cinco anos no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p. 8)

A possibilidade de incentivar o debate público sobre o aborto, por meio de um veículo de comunicação, é uma das justificativas para a escolha desse tema, no trabalho de conclusão de curso, devido à sua relevância no contexto político-social. Optou-se pelo recorte em mulheres que foram, ou estão sendo, processadas pelo Estado por terem praticado o aborto, porque esse não é um assunto muito abordado pela mídia, que geralmente noticia somente as descobertas de clínicas clandestinas ou a morte de alguma mãe, em virtude de um aborto.

A principal razão para a escolha de produzir um documentário radiofônico é a redução da exposição das mulheres. No rádio, o público só tem acesso à voz do entrevistado, seu rosto não aparece. O sigilo pode ser ainda maior se não for divulgado o nome das fontes e/ou se for utilizado um nome fictício, informado e justificado ao ouvinte. Esse formato facilita o acesso às entrevistadas, pois uma veiculação restrita à voz garante mais conforto e privacidade, o que contribui para abordar temas de grande sensibilidade, como este.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para a confecção do documentário, entrevistamos duas mulheres processadas e especialistas, o médico Jefferson Drezett, do projeto Aborto Legal do Hospital Pérola Byington; a advogada Beatriz Galli, co-autora do livro *Isoladas: a história de oito mulheres criminalizadas por aborto*; o defensor público Adenor Ferreira da Silva; o desembargador do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), José Ruy Borges Pereira; e a socióloga e historiadora Rosana Schwartz, também pesquisadora da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.

Na coleta das informações, o apoio de pessoas e/ ou grupos relacionados ao tema foi fundamental para conseguirmos as melhores fontes e os melhores relatos. Outro ponto importante foi a preservação da identidade das duas mulheres processadas entrevistadas.

A preservação da identidade dos respondentes constitui problema de alta relevância ética. No entanto, costumam surgir outros dilemas dessa natureza na coleta de dados nos estudos de campo, relacionados principalmente à interação do pesquisador com as pessoas pesquisadas. Um grande dilema do pesquisador consiste na decisão sobre revelação ou não de sua identidade ao grupo. Com efeito, manter-se incógnito pode ser vantajoso para a obtenção de determinados dados. (GIL, 2009, p. 133)

As entrevistas foram feitas com base no levantamento de informações com profundidade, objetivando a compreensão, as causas e os efeitos da interrupção ilegal da gravidez. Por serem gravadas, as entrevistas foram editadas, o que possibilitou correções e uma montagem lógica das perguntas e respostas, sem que isso prejudicasse o registro de dados importantes. Emílio Prado explica que quando as entrevistas são gravadas, deve-se fazer um esforço para que o áudio possa estar em condições de ser transmitido sem nenhum retoque (PRADO, 1989, p.60).

Para captação de som e edição das reportagens e inserção de músicas, utilizamos os seguintes equipamentos: gravador Sony, gravador Philips, aplicativo de edição Audacit, aplicativo de edição Pro Tools LE8 e computador Macintosh G5. Dividimos-nos em cinco pessoas para buscar as fontes, realizar a pesquisa bibliográfica, a busca pelas fontes (especialmente, as mulheres processadas), além de agendar, captar as entrevistas e realizar a pesquisa musical, requisito para um documentário radiofônico.

Sete músicas foram escolhidas para ilustrar o trabalho: **Para Ver As Meninas** (Paulinho da Viola. Interpretada por Marisa Monte), versão instrumental de **Se Todos Fossem Iguais A Você** (Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Interpretada por Baden Powell), **Na Cadência do Samba** (Matilde Alves/Paulo Gesta/Ataulfo Alves. Interpretada por Cássia Eller), **Relampiano** (Paulinho Moska e Lenine. Intérpetrada por Lenine), **Até Quando** (Fernando Anitelle. Interpretada por Teatro Mágico), **Fala** (João Ricardo e Luli. Interpretada por Secos & Molhados), **Primavera nos Dentes** (João Ricardo e João Apolinário. Interpretada por Secos & Molhados).

A música de abertura “Para Ver as Meninas” contribuiu para a criação do título do trabalho. As demais foram definidas, após gravação das entrevistas e a edição dos

depoimentos. Nessa etapa, escolhemos os trechos mais relevantes e a composição sonora e poética para reforçar as informações trazidas em grande parte dos depoimentos.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Atrás do Silêncio: histórias de mulheres processadas pelo crime de aborto é um documentário radiofônico com opiniões de pessoas envolvidas no processo que formam um mosaico de depoimentos. Essa montagem é composta pelas mulheres, juristas, profissional da saúde pública e sociólogas. Documentário completo disponível apenas no link: <http://www.youtube.com/watch?v=5y57vF9AJBw>

O rádio é um meio de comunicação que durante muito tempo abrangeu mais pessoas do que a própria televisão em termos de viabilidade para o alcance a um grande número de pessoas. Para muitos é a companhia diária. Ele também é um meio mais democrático, porque mesmo que a pessoa não saiba ler e interpretar um texto, ela compreende a mensagem transmitida pela voz. Antes da escrita, a sociedade era oral. A escolha pelo rádio se dá também pela facilidade de aproximação com a pessoa que ouve porque a linguagem usada é a mais simples possível, sem perder conteúdo.

Ao mostrar a dor das mulheres que abortaram e foram processadas, em sua própria voz, o médico que lida diariamente com o assunto, os juristas que questionam as leis e sociólogos que analisam o contexto sócio econômico dessas mulheres, podemos aprofundar a discussão e assim colaborar na discussão de políticas públicas que sejam menos excludentes para as mulheres pobres.

O documentário tem também o objetivo de colaborar com a construção de conhecimento a partir de opiniões analíticas e com maior profundidade sobre o assunto. Não tem como premissa mudar a opinião do ouvinte, mas sim fundamentá-la com argumentos que saiam do simples dogma religioso ou da crítica sem qualquer fundamento. Ao ouvir as vozes que compõem o documentário, colabora-se para uma percepção mais humanizada do assunto.

O documentário tem origem na grande reportagem que parte de um fato e acompanha seus desdobramentos, seguindo os padrões jornalísticos do lide e da pirâmide invertida. Diferente do documentário que não prioriza informações, mas dá a elas a mesma importância.

Para alcançar o pluralismo, o presente trabalho optou pelo documentário radiofônico. O conjunto de depoimentos das fontes e entrevistas com especialistas dá ao produto a profundidade que entendemos ser necessária para abordar o assunto. Carmen Lúcia José, no artigo *História Oral e Documentário Radiofônico: distinções e convergências* salienta que no documentário, a multiplicidade de fontes justifica a escolha do assunto para ser apresentado no trabalho. E mais:

O fator multiplicação garante a importância do assunto, justificando a seleção do mesmo para ser tratado num documentário; amplia a documentação do aspecto que está sendo tratado, apresentando vários dados como vários índices do assunto; torna a apresentação plural e diversificada na medida em que várias vozes realizam seus depoimentos, tratando o assunto como um extenso eco; finalmente, democratiza o tratamento do assunto porque são os muitos pontos de vista, mixados como um mesmo depoimento. (JOSÉ, 2003, p. 3)

Carmen Lúcia José fala sobre a disputa entre a evidência oral e a histórica. Segundo os historiadores, a segunda teria mais credibilidade devido a três características: precisão na forma, na cronologia e na escrita. Entretanto, a autora afirma que se o depoimento oral é colhido dentro de normas estruturais radiofônicas também podem servir como registro histórico. Ou seja, a forma como é produzido o registro oral, dentro da lauda radiofônica e outras regras, torna a fala uma evidência histórica. Porque o documento não precisa ser exclusivamente escrito, ele pode ser substituído eficazmente pelo depoimento oral porque a voz, do envolvido, ou da autoridade, seduz e terrifica ao mesmo tempo (...) (JOSÉ, 2003, p.4).

Formatamos o radiodocumentário para uma emissora comercial de abrangência nacional para ter mais possibilidade de veiculação e por ser um veículo de massa, atingir mais ouvintes. A possibilidade de incentivar o debate público sobre o aborto, por meio de um veículo de comunicação, é uma das justificativas para a escolha desse tema. Optou-se pelo recorte em mulheres que foram, ou estão sendo, processadas pelo Estado por terem praticado o aborto, porque esse não é um assunto muito abordado pela mídia, que geralmente noticia somente as descobertas de clínicas clandestinas ou a morte de alguma mãe, em virtude de um aborto.

6 CONSIDERAÇÕES

A escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso teve como premissa a busca do jornalismo por histórias reais que não sejam do conhecimento da maioria, e que também apresentam um aspecto novo sobre algo já divulgado, promovendo assim uma reflexão. Ao optar pelas mulheres processadas pelo crime de aborto, a pesquisa se propôs trazer à tona as consequências que estão sujeitas as mulheres criminalizadas pela interrupção voluntária de sua gestação. O estigma social que essas mulheres carregam, que não ficam apenas no momento do fato, também tem espaço neste trabalho.

O aborto, tema polêmico, já foi objeto de inúmeras dissertações acadêmicas e matérias jornalísticas, entretanto, poucos optam por enfatizar o lado humano de alguém que responde judicialmente por um crime. Em sua maioria, escolhem tratar do assunto de maneira geral enfocando aspectos da saúde e políticas públicas. Menos profundas são as discussões que ocupam a grande imprensa. O debate raso marca a abordagem do assunto que também é visto sob o ponto de vista religioso e bilateral, como se só houvesse a construção do conhecimento sobre o abortamento pelas respostas reducionistas contra ou a favor do aborto.

O radiodocumentário produzido foi desenvolvido com o objetivo de mostrar que existem muitos pontos de vista sobre o mesmo fato, no qual foi entrevistado advogado, defensor público, desembargador, socióloga e também o depoimento das mulheres acusadas. E não apenas no sentido de valores pessoais, mas também técnicos por parte dos entrevistados que lidam com o assunto no dia a dia. Ele foi editado de forma que os relatos das mulheres processadas por aborto dialogam com o que os especialistas apontam em suas considerações. O fato de o rádio não mostrar o rosto das entrevistadas facilitou a inserção da voz e a proteção da identidade das acusadas no produto.

O trabalho pode constatar através de pesquisas que, uma em cada quatro mulheres no Brasil, entre dezenove e quarenta anos, já praticou o abortamento ilegal. Entretanto, outros trabalhos usados como fonte de pesquisa sobre o assunto evidenciam a diferença sócio-econômica no País porque apenas as mulheres pobres foram acusadas formalmente do crime. Tanto é verdade, que as mulheres que contam suas histórias no documentário *Atrás do silêncio: histórias de mulheres processadas pelo crime de aborto* são assistidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBEIRO, Heródoto. **Manual de radiojornalismo: produção, ética e internet**. São Paulo: Elsevier – Campus, 2003.

FILHO, André Barbosa. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

GONÇALVES, Tamara Amoroso; LAPA, Thaís de Souza. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1998.

PRADO, Magaly. **Produção de rádio: um manual prático**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Meio eletrônico

ARANHA, Ana. **Punidas por abortar**. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83654-6014,00.html>>. Acesso em: 10 set. 2011, 12:15:45.

EMMERICKA, Rulian; HORA, Gleyde Selma da; SCIAMMARELLA, Ana Paula. **Dados e reflexões sobre a condição de ilegalidade do aborto: no âmbito da Saúde e da Justiça**. IPAS: 2007. Disponível em <http://www.ipas.org/Publications/asset_upload_file191_3554.pdf> Acessado em: 27 ago. 2011, 18:10:47.

G1. **Descriminalização do aborto: 78 deputados a favor, 267 contra**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/01/descriminalizacao-do-aborto-78-deputados-favor-267-contr.html>>. Acesso em: 24 out. 2011, 20:44:20.

GALLI, Beatriz; SYDOW, Evanize. **Isoladas – A história de oito mulheres criminalizadas por aborto**. Disponível em <<http://www.aads.org.br/arquivos/Projeto02.pdf>>. Acessado em: 10 de mar. de 2012, 23:51:32

GALLI, Beatriz. CAMPOS, Carmen Hein. **Mulheres processadas pela prática de aborto em Mato Grosso do Sul: direitos humanos e reprodutivos em questão**. Disponível em <<http://www.aads.org.br/arquivos/beatriz%20galli%20e%20carmen%20hein.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2011, 07:10:11.

JOSÉ, Carmen Lucia. **História Oral e Documentário Radiofônico: distinções e convergências**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/233/223>>. Acesso em: 24 set. de 2011, 12:15:17.

MARIZ, Renata. **Aumentam processos contra mulheres de baixa renda que fizeram aborto**. Jornal Correio Braziliense. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/08/07/interna_brasil,264374>

/aumentam-processos-contra-mulheres-de-baixa-renda-que-fizeram-aborto.shtml>.
Acessado em: 07 de ago. de 2011, 09:36:45.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aborto e Saúde Pública – 20 anos de pesquisas no Brasil.** 2008. Disponível em:
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf>
Acesso em: 18 set 2011, 18:02:47.

SAÚDE. In: Diário do Nordeste. **Dilma Roussef defende legalização do aborto.** 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=626312>>. Acesso em: 27 out. 2011, 18:58:13.

SCIAMMARELLA, Ana Paula. **Criminosas ou vítimas? Documentação das violações de direitos humanos das mulheres criminalizadas por aborto.** Disponível em: <http://aads.org.br/arquivos/Trabalho_Sciammarella.pdf>. Acesso em: 15 set. 2011, 15:28:30.